

## **A Questão da Subalternidade na Economia Política Global: Os processos de resistência ao sistema G7/8**

*Leonardo Ramos (PUC-MG)*

**Resumo:** *O presente artigo apresenta uma análise crítica dos processos de resistência ao sistema G7/8 em um contexto de globalização da resistência. Buscar-se-á fazer algumas considerações críticas acerca das potencialidades e limites emancipatórios de tais movimentos de protesto e resistência ao sistema G7/8.*

**Palavras-chave:** *Sistema G7/8 – Gramsci – hegemonia – subalternidade – globalização.*

**Abstract:** *This article presents a critical analysis of the resistance processes to G7/8 system in a context of globalization of resistance. Hence, the aim is to elaborate some critical considerations concerning the emancipatory potentialities and limits of such protest and resistance movements to G7/8 system.*

“Fiquem com sua riqueza. Aproveitem sua civilização consumista. Retirem completamente seu interesse, companhias, investimento, recursos de turistas e intervenções humanitárias de nossos países. Deixem-nos confrontar-nos e encarar nossos valores culturais. Deixem-nos buscar nossa própria estrada de auto-desenvolvimento. Ela poderá ser difícil e longa. Mas serão nossas próprias escolhas que irão determiná-la. E nunca nos encontraremos piores do que estamos hoje”  
*Mensagem de sete ativistas dos países pobres dos cinco continentes para o G7/8 na cúpula de Nápoles, 1994.*

“Pessoas comuns não estão necessariamente a favor do que estamos a favor. Mas elas estão contra o que nós estamos contra, a saber, o que G8 deseja”  
*Jonathan Neale, um dos organizadores dos protestos de Gênova, 2001.*

## Introdução

Uma das temáticas de maior repercussão no resgate que é feito do pensamento gramsciano nos Estudos Internacionais é a da hegemonia do capital transnacional e suas implicações (Gill, 2003; Rupert, 2000; Plehwe, *et. al.*, 2006). A despeito da relevância de tais reflexões, uma crítica que tem sido feita a tal literatura diz respeito aos impactos deletérios que tal ênfase na dimensão do exercício da hegemonia em escala transnacional teria para a percepção da possibilidade de transformação e resistência (Drainville, 1995). Alguns esforços tem sido envidados no intuito de lidar com tal lacuna (Cox, 1999; Gill, 2003, p.211-221; Ramos, 2006; Morton, 2007, p. 171-200); contudo, em nenhum destes estudos críticos acerca dos processos relacionados ao “movimento altermundialista” (Gómez, 2004) há um tratamento mais específico da questão da resistência ao sistema G7/8<sup>1</sup>. Além disso, em tais estudos não há um engajamento explícito com uma questão central no pensamento gramsciano acerca da resistência e da “contra-hegemonia”<sup>2</sup>, a saber, a questão da subalternidade. Embora este seja um

---

<sup>1</sup> Dois comentários se fazem necessários neste ponto: em primeiro lugar, existem alguns estudos sobre sociedade civil e sistema G7/8 elaborados por Hajnal (2001, 2006a, 2006b, 2007b, 2009a e 2009b); contudo, a leitura dada por tal autor parte de uma inspiração neotocquevilleana, o que termina por deixar de lado as tensões e contradições de tais articulações com o modelo de acumulação ao qual o sistema G7/8 se vincula. Em segundo lugar, o uso do termo “sistema G7/8” se justifica pelo fato de não se tratar apenas de dar atenção às cúpulas em si, mas a todo o sistema de articulações que se configura ao redor de um processo mais amplo de elaboração e difusão de normas, ideologias e consensos. Além disso, tal o mesmo passa por mudanças em sua configuração – G5, G6, G7 e G8 – além de possuir estruturas sobrepostas – G5 e G7 de ministros de finanças e G6, G7 e G8 de líderes (além do G8+5 e do atual G20), justificando a ideia de sistema.

<sup>2</sup> Neste ponto é importante destacar que o termo “contra-hegemonia” não expressa, necessariamente, apenas uma contraposição à hegemonia estabelecida, já que toda ação política, necessariamente, busca a hegemonia – ou seja, se trata, na verdade, de um embate pela hegemonia. Tal termo não é originalmente uma categoria gramsciana, mas

conceito relativamente pouco explorado nos Estudos Internacionais, é fundamental perceber que se trata de um conceito indissociável das demais categorias gramscianas bem como dos processos políticos a elas associados (Monal, 2003; Green & Ives, 2009; Smith, 2010). Ora, se a viabilidade de um projeto de hegemonia só é possível a partir do momento em que há uma identificação no nível do *self*, então um estudo daquilo que é excluído pelos processos hegemônicos é algo extremamente significativo para o entendimento tanto do funcionamento da hegemonia quanto das possibilidades de resistência (Smith, 2010).

É neste contexto que se insere o presente artigo, que busca apresentar uma análise crítica, a partir de uma reflexão gramsciana, dos processos de resistência ao sistema G7/8 até o ano de 2010 em um contexto de globalização da resistência. Assim, em primeiro lugar serão apresentados alguns elementos concernentes ao pensamento gramsciano com destaque para a questão da subalternidade e seu lugar na reflexão gramsciana. Em segundo lugar será apresentado de maneira contextualizada o processo de resistência ao sistema G7/8 – contextualizada tanto em termos de sistema G7/8 quanto de globalização da resistência. Neste processo, a grande tarefa é a de se tentar, ao menos de uma maneira exploratória, efetuar um mapeamento de tais processos difusos de resistência e protesto ao sistema G7/8<sup>3</sup>. Feito isto, por fim

---

devido ao seu uso corrente na literatura, optou-se por sua utilização – neste caso, entre aspas. Agradeço aos comentários feitos pelo parecerista acerca deste ponto.

<sup>3</sup> Como coloca Gramsci, a história dos grupos subalternos é desagregada e episódica, e o estudo das formações políticas por eles produzidas em seu processo de contestação das práticas hegemônicas vigentes pode se dar através de uma variada gama de formas de expressão da agência coletiva, via de regra difíceis de serem feitas (Gramsci, 2002a, Q25§2). Neste sentido, uma questão merece destaque neste ponto: grande parte das informações aqui reproduzidas foram coletadas nos seguintes sítios: AGP, all4all, Indymedia – além de relatórios disponíveis no centro de estudos sobre o sistema G7/8 da Universidade de Toronto (Hajnal, 2001, 2006a, 2006b, 2007b, 2009a e 2009b). Isso se dá, dentre outras razões, pelo fato de tais questões não serem objeto de atenção das

serão feitas algumas considerações críticas sobre as potencialidades e os limites emancipatórios de tais movimentos de protesto e resistência ao sistema G7/8.

## **A questão da subalternidade**

Gramsci escreveu especificamente sobre os “subalternos” mais ao final do período de redação dos *Cadernos*. Em especial, no que diz respeito ao caderno que trata em mais detalhes dos subalternos, sua redação é de 1934 (Caderno 25: “Às margens da história. História dos grupos sociais subalternos”, Gramsci, 2002a, p. 129-145). Contudo, a despeito de tal questão é possível perceber o interesse de Gramsci por tal ideia desde os primeiros cadernos, como atesta, por exemplo, o título do § 90 do caderno 3 – “História das classes subalternas” –, texto este que é retomado no §5 do caderno 25 (vol. 5, p. 139-141), e os cadernos 8, 9, 10, 13 e 14. Embora ao longo dos cadernos Gramsci empregue o termo “classes subalternas”, seu tratamento final à ideia da subalternidade opera a partir da expressão “grupos subalternos” (Monal, 2003), o que indicaria uma ampliação da noção de subalternidade a todos os grupos sociais carentes de poder político autônomo estando, neste sentido, à margem da sociedade (Smith, 2010).

A história de tais grupos é “desagregada e episódica”, com uma “tendência à unificação” que sempre é “rompida pela iniciativa dos grupos dominantes (...). Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta”

---

fontes convencionais de informação. Quando possível, buscou-se articular mais de um relato, incluindo fontes impressas. Contudo, a maior parte foi feita a partir de fontes oriundas da internet devido à falta de publicações impressas que lidem com tal história subalterna.

(Gramsci, 2002a, p. 135, Q25§2). Ou seja, embora ao longo de sua história tais grupos demonstrem descontentamento e, através de suas mobilizações e engajamentos, gerem algum tipo de mudança, na verdade suas atividades políticas são, em larga medida, limitadas acarretando, assim, em uma certa ineficácia. Neste processo de engajamento político “espontâneo”<sup>4</sup>, o que se percebe é a incapacidade de tais grupos, a despeito de suas manifestações e revoltas, de superarem sua condição de subordinação econômica e cultural, o que ocorre, em larga medida, devido à falta de uma liderança e de uma organização consciente capaz de dar direção e coerência tanto aos grupos quanto aos seus engajamentos políticos. Isso não significa que em tais grupos não haja uma “direção consciente”, mas que esta se apresenta a partir de múltiplos elementos, sendo que nenhum deles “ultrapassa o nível da ‘ciência popular’ de um determinado estrato social, do ‘senso comum’, ou seja, da concepção de mundo tradicional deste determinado estrato” (Gramsci, 2002b, p. 194, Q3§48).

Nota-se, assim, que o senso comum é um dos fatores centrais a serem analisado neste processo. Trata-se da “(...) ‘filosofia dos não-filósofos’, isto é, [d]a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio”. Tal concepção não se apresenta de maneira “idêntica no tempo e no espaço: é o ‘folclore’ da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas”. O elemento central do senso comum “é o de ser uma concepção desagregada, incoerente, inconsequente, conforme à posição social e

---

<sup>4</sup> “(...) o elemento da espontaneidade é característico da ‘história das classes subalternas’, aliás, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe ‘para si’ e que, por isto, sequer suspeitam que sua história possa ter alguma importância (...)” (Gramsci, 2002b, p. 194, Q3§48).

cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (Gramsci, 2004, p. 114, Q11§13). Neste sentido, o senso comum não é algo estático e sim dinâmico<sup>5</sup>, se alimentando de elementos do folclore, da religião e da filosofia. Não obstante, tal dinamicidade se expressa de uma maneira eminentemente acrítica, o que demonstra o caráter “grosseiramente misoneísta e conservador” do senso comum (Gramsci, 2004, p. 118, Q11§13). Tais características fariam do senso comum uma base inadequada sobre as quais um movimento político emancipatório possa ser construído, o que acaba por perpetuar a condição de subordinação destes grupos.

A despeito de tais considerações, não se pode inferir, a partir daí, que para Gramsci seja necessário – ou até mesmo possível – rejeitar o senso comum em sua completude ou que exista algum “ponto arquimediano” a partir do qual seja possível julgar e corrigir o senso comum. Neste ponto, a grande questão é superar seu caráter acrítico, ou seja, “tornar crítica uma atividade já existente”, elaborando “uma filosofia que se torne um senso comum renovado e com a coerência e o vigor das filosofias individuais” (Gramsci, 2004, p. 101, Q11§12). Neste processo de construção de “um novo senso comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia, que se enraízem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais” (Gramsci, 2004, p. 118-11, Q11§13) os intelectuais teriam um papel fundamental. “Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais” (Gramsci, 2004, p. 104, Q11§12). Uma vez que a filosofia da práxis seja vista como uma filosofia que “não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do

---

<sup>5</sup> É possível afirmar, assim, que “não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devir histórico” (Gramsci, 2004, p. 96, Q11, §12).

senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior” e, assim, à formação de “um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (*Idem*, 103) nota-se a condição *sine qua non* da criação, por parte dos grupos subalternos, de seus próprios intelectuais orgânicos que, enquanto tais, se encontrem organicamente relacionados às experiências de vida do grupo. Só assim seria possível desenvolver a organização, a direção e a liderança necessárias para que tais grupos sejam capazes de atingirem a condição de grupo hegemônico, superando assim, através do desenvolvimento de uma percepção de mundo coerente, o senso comum (Gramsci, 2004, Q11§13).

Como visto,

“As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados” (Gramsci, 2002a, p. 139-140, Q25§5).

Os partidos políticos teriam um papel fundamental neste processo de “elaboração e difusão das concepções do mundo”, ou seja, “das novas intelectualidades integrais e totalitárias<sup>6</sup>” (Gramsci, 2004, p. 105, Q11§12). Ora, as forças subalternas, para além da resistência, devem reconsiderar seus critérios de ação e de agência política e buscar uma nova forma de sintetizar e canalizar os potenciais de resistência em um projeto político criativo. Para Gramsci, o partido político era o agente da

---

<sup>6</sup> “Totalitário” aqui se refere à ideia de totalidade, ou seja, a algo com caráter universal. Para maiores detalhes, ver Gramsci, 2004, p. 459 – “notas ao texto”.

vontade coletiva transformadora<sup>7</sup>, “o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral” e, assim, fundamental no processo de articulação de uma “linguagem comum” (Gramsci, 2002b, p. 18, Q13§1; *Idem*, 2004, p. 200, Q11§55). Trata-se, assim, não da imposição de uma visão de mundo externa mas do estabelecimento de uma relação orgânica entre a multiplicidade social e a unidade política; neste processo, é criada uma “vontade coletiva” potencialmente capaz de desafiar a hegemonia dominante.

Uma objeção que poderia ser levantada neste ponto diz respeito ao fato de que, no momento histórico contemporâneo, ver o partido ou “príncipe moderno” – no sentido convencional do termo – como o agente da transformação política seria algo complicado. Contudo, uma vez que as atenções sejam voltadas não para uma ideia fossilizada de partido mas para formas concretas de ação política que vem sendo promovidas em um contexto de intensificação dos processos de globalização e transformação das bases materiais da sociedade humana, começa-se a perceber, de uma perspectiva gramsciana, como formas coletivas de organização política ainda desempenham um papel social fundamental (Morton, 2007).

Assim, se o partido passar a ser visto como um organismo “(...) dado pelo desenvolvimento histórico (...)” (Gramsci, 2002b, 16, Q13§1) –, nota-se a necessidade histórica do surgimento de uma nova forma de objetivação do momento catártico que simbolize a vontade coletiva. Ora, em determinados momentos dos *Cadernos* é possível perceber uma noção ampliada de partido, que reconhece “que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’” (Gramsci,

---

<sup>7</sup> Sobre o papel dos partidos para os grupos subalternos, ver também Gramsci, 2002a, Q25§5.

2002b, p. 350, Q17§37). Na verdade, em algumas situações, na “falta de partidos organizados e centralizados (...) são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos” (Gramsci, 2001b, p. 218, Q1§116). Em suma, “(...) um partido jamais se completa e se forma (...)” (Gramsci, 2002b, p. 316, Q14§70) – ou seja, se encontra em um constante processo de relações intersubjetivas através das quais vão sendo construídas, em constante interação orgânica, as diretrizes e demandas a serem defendidas por tal partido.

Desta forma, se por um lado é possível notar uma inadequação da pertinência da ideia de partido ou de príncipe moderno em seu sentido convencional para o contexto histórico contemporâneo, por outro certas formas de organização da vontade coletiva, como por exemplo no caso de alguns grupos e movimentos de resistência e protesto articulados no âmbito do movimento altermundialista e, em especial, aqueles que se encontram articulados contra o sistema G7/8 podem ser vistos a partir de uma leitura mais ampla do conceito de partido. Assim, uma vez que se parta de uma percepção acerca da heterogeneidade social dos subalternos, seria possível, segundo alguns, compreender tais movimentos contemporâneos a partir da ideia de “príncipe pós-moderno” (Gill, 2003). Contudo, a questão que surge é até que ponto tal categoria analítica realmente é capaz de lidar com tal fenômeno contemporâneo. Antes de responder tal questão, faz-se fundamental expor os processos de resistência e protesto ao sistema G7/8. Neste sentido, na próxima seção será dada ênfase na “história dos grupos sociais subalternos” (Gramsci, 2002a, Q25) em um contexto de intensificação dos processos de globalização – com destaque para o processo de globalização da resistência e os protestos ao sistema G7/8 neste contexto.

## **Os protestos ao sistema G7/8 em um contexto de globalização da resistência**

O processo de resistência ao sistema G7/8 é mais bem entendido como parte de um processo mais amplo de globalização da resistência. Alguns dos aspectos mais marcantes dos últimos anos são as consequências deletérias – sociais, econômicas, ecológicas e políticas – de cerca de duas décadas de globalização neoliberal, promovida por Estados, organizações internacionais e agentes privados.

É possível notar que esses processos de globalização têm uma profunda influência sobre a vida diária. No tocante especificamente à globalização dos capitais e das decisões econômicas, percebe-se que esta tem um impacto profundo sobre uma gama de aspectos da vida humana: na medida em que os mercados se tornam cada vez mais integrados em escala global e as restrições e controles fronteiriços para o fluxo de bens, serviços e capital são rapidamente eliminados, salários, condições de trabalho, emprego e segurança social começam a entrar em uma espiral descendente. Quando a firma inglesa *Morgan Crucible*, por exemplo, decidiu produzir menos na Holanda, Bélgica e França e mais na República Checa, Vietnã e China a fim de elevar em 14% sua taxa de lucro, o cálculo feito era muito simples: em Xangai a companhia pagaria apenas US\$1 por dia de trabalho, enquanto no Japão um dia de trabalho sairia por US\$31 (Went, 2000). Além disso, a despeito dos significados desses impactos no âmbito meramente econômico, faz-se necessário sublinhar as consequências da penetração da lógica de mercado em uma série de âmbitos da vida humana, como por exemplo a educação, saúde, previdência e cultura. Quando a lógica de mercado penetra nesses reinos estes são enfraquecidos, principalmente no que tange aos direitos sociais

histórica e progressivamente conquistados através de lutas e mobilizações sociais quase infindáveis.

Essa conquista histórica dos trabalhadores tem sido, contemporaneamente, reconquistada pelo capital. O Estado, por exemplo, tem sido alvo do capital e das instituições financeiras mundiais, sendo, assim, crescentemente reorientado para os interesses do capital – principalmente os interesses do capital financeiro global. Neste contexto, o aumento da resistência em escala global deriva não só do fato dos movimentos apresentarem, desde a sua gênese, um caráter internacional (Colás, 2000), mas também do aumento do número de vítimas coletivas da globalização neoliberal. Tais vítimas não são restritas às pessoas diretamente ligadas à relação entre capital e trabalho e, assim, essas relações indiretas se encontram ligadas à miríade de indivíduos que, apesar de não terem consciência da relação que os une ao sistema econômico mundial, não param de sofrer os efeitos desastrosos desse sistema.

Em suma, a “globalização da resistência” pode ser vista como fruto de uma relação dialética entre as consequências desse processo de globalização das relações capitalistas de produção – e da crescente perda de legitimidade da globalização neoliberal hegemônica associada a este – e a ação de forças sociais contrárias e essas forças capitalistas (Gills, 2000). Como parte da intensificação contemporânea dos processos de globalização, a resistência não deve ser vista como mera oposição, mas como parte constituinte deste processo. Assim, se por um lado a ausência de contestações abertamente declaradas não deve ser vista como sinônimo de aquiescência (cf. Scott *apud* Mittelman, 2000, p. 172), por outro as políticas de resistência à globalização neoliberal têm assumidos formas cada vez mais organizadas: a feminização da pobreza implica a

radicalização dos movimentos feministas; a destruição e a privatização dos recursos ambientais promovem a criação e a radicalização dos movimentos de defesa do meio ambiente; a destruição cultural estimula reações defensivas – e até mesmo retrógradas (Houtart, 2001). Assim, pode-se afirmar que a origem imediata do movimento altermundialista remonta à segunda metade da década de 1990 quando é possível perceber um crescimento e uma intensificação sem precedentes dos protestos e atos de resistência social, em partes distintas do mundo, às políticas econômicas predominantes de caráter eminentemente neoliberal<sup>8</sup>. É neste contexto que devem ser entendidos os protestos que emergem neste mesmo período contra o sistema G7/8.

Embora mobilizações de proporções mais significativas sejam perceptíveis a partir do final dos anos 1990 (Hajnal, 2006a), no caso dos protestos contra o sistema G7/8 é interessante perceber o processo de construção da cultura da resistência. Neste sentido, é possível perceber a existência de certos movimentos contrários ao sistema G7/8, em especial no que concerne às manifestações ocorridas quando da ocorrência de suas cúpulas, antes da cúpula de Gênova, em 2001 – cúpula esta que foi um marco no processo de mobilização e resistência ao sistema G7/8<sup>9</sup>. Em 1991, na cúpula de Londres, um pequeno grupo de ativistas realizou algumas manifestações em apoio ao povo Dayak de Sarawak que naquele período se colocava contra companhias multinacionais que destruíam as florestas. Tal questão era fundamental por duas razões: primeiro, porque aponta para um processo de superação dos interesses corporativos para

---

<sup>8</sup> Para uma leitura da globalização da resistência em perspectiva, cf. Ramos, 2006.

<sup>9</sup> De acordo com o sítio da Ação Global dos Povos – AGP (<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/infopool/agitprop/margins.htm#g71994>), é possível perceber a existência de protestos nas cúpulas do sistema G7/8 desde 1984; não obstante, serão mencionados ao longo do texto apenas as manifestações mencionadas nos supracitados sítios (vide nota 3).

uma consciência mais ampla, universal, e não individualista; segundo, em função da vinculação temática apresentada, dado que a questão da destruição das florestas era um tema chave para a cúpula da época. Além disso, uma série de manifestações ocorreu, marcando o início, mesmo que em pequenas proporções, de uma nova forma de ação direta nas cúpulas do sistema G7/8, que seria um marco a partir de então, do processo de articulação em rede de grupos e movimentos sociais contrários ao sistema G7/8 (Marshall, 1991).

Após a cúpula de Londres, de 1991, destaca-se a cúpula de Nápoles, em 1994. Nesta cúpula, o papel do prefeito, membro do Partido Comunista, foi significativamente relevante na articulação e organização das forças sociais participantes do que foi chamado de “Outra Cúpula Econômica”. No ano seguinte (2005), em Halifax, houve uma cúpula paralela, “Cúpula dos Povos de Halifax”, que contou com a participação de redes locais de ativistas e ONGs relacionando temas globais com questões locais. Neste processo, houve uma série de protestos e manifestações artísticas. É interessante destacar que nesta cúpula o nível da segurança foi baixo, com os participantes da cúpula oficial caminhando livremente pela cidade. Em 1996, em Lyon, 25 mil sindicalistas protestaram contra reformas de caráter neoliberal – desregulação trabalhista, cortes de empregos e diminuição dos serviços públicos. Em Denver, 1997, houve uma série de contra-cúpulas, incluindo uma Cúpula das Mulheres e uma manifestação por parte de oitos nações indígenas.

Em Birmingham, 1998, houve várias manifestações, com destaque para a “Birmingham Street Party” que reuniu cerca de 50 mil pessoas de cerca de 400 organizações e movimentos em favor do perdão da dívida. Embora a presença policial fosse maior em Birmingham do

que havia sido em outras ocasiões, como Halifax, por exemplo, ainda aqui se percebe uma despreocupação por parte da polícia com os protestos: em um das manifestações, houve uma tentativa de contenção por parte da polícia que terminou por se retirar pelo fato de ter, naquele momento, um contingente insuficiente para a ação. Em Colônia, 1999, percebe-se certa mudança nos protestos – o que seria uma espécie de “prelúdio” para o que ocorreria no mesmo ano em Seattle, quando da cúpula da Organização Mundial do Comércio. Partindo do slogan “O Fim da Modéstia – Detonando a Cúpula”, foram promovidas palestras com intelectuais e uma caravana intercontinental de cerca de 500 pequenos agricultores da América do Sul, além da presença de curdos da campanha na Alemanha “Ninguém é Ilegal” em manifestação a favor dos refugiados. Em função do policiamento – em número significativo – certas manifestações tiveram que ser canceladas. Tendo em vista o “fantasma” de Seattle, no ano anterior, tal questão relacionada ao policiamento se repetiria em Okinawa, em 2000, com a presença de 20 mil policiais. Apesar de tal repressão, ocorreram manifestações contra a presença militar dos Estados Unidos no Japão por parte de grupos defensores dos direitos das mulheres (Cúpula Internacional das Mulheres para Redefinir a Segurança)<sup>10</sup>, pelo perdão da dívida dos países mais pobres – campanha Jubileu 2000, que coletou mais de 200 mil mensagens eletrônicas, e manifestações do Greenpeace (Healy, 2000). Merecedor de destaque neste ponto é o fato de que, a partir dos anos 2000, o sistema G7/8 começou um movimento de *outreach*, ou seja, tanto de “alcançar” aqueles que se encontravam de fora quanto de “expandir” o sistema G7/8. Neste processo, a cúpula de Okinawa, em 2000, foi um

---

<sup>10</sup> Com tal objetivo houve também uma corrente humana de cerca de 27 mil pessoas.

marco: pela primeira vez foi organizado um espaço oficial para as organizações não-governamentais e movimentos sociais (Bayne, 2005)<sup>11</sup>.

Neste momento histórico, é possível perceber, a partir das manifestações que ocorriam ao redor do mundo desde o final do século XX, certo êxito e consolidação por parte do movimento altermundialista. Contudo, a despeito de tais avanços, o ano de 2001 apresenta um momento de inflexão para o movimento altermundialista. Devido ao crescimento e êxito vertiginosos e ao crescente reconhecimento e legitimidade do movimento por parte de amplos segmentos da opinião pública de diferentes países e sua contribuição para a construção de um “espaço público supraterritorial” (Gómez, 2004), não surpreende que o bloco histórico dominante – incrustado em um período de crise – reagisse prontamente. Neste sentido, pode-se perceber dois tipos de reação: primeiro, uma reação do tipo revolução passiva – que busca dar uma face mais humana à globalização (Rupert, 2000) – e segundo, uma reação do tipo mais coercitiva, criminalizando e denegrindo o movimento altermundialista (Porta & Reiter, 2004).

Conforme coloca Gramsci, “ocorre quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes” (Gramsci, 2002b, p. 197, Q3§48) e “assim que o grupo social dominante esgota sua função, o bloco ideológico tende a fragmentar-se e, então, a ‘coerção’ pode substituir a ‘espontaneidade’ sob

---

<sup>11</sup> É importante destacar que tal movimento do sistema G8 em direção à sociedade civil não é visto como algo positivo por grande parte dos grupos e movimentos. No tocante especificamente à iniciativa de Okinawa, esta foi vista por muitos como extremamente coercitiva: o espaço disponibilizado era significativamente longe do centro de imprensa – do qual foi negado acesso aos movimentos e grupos da sociedade civil –, o custo para utilização do espaço era alto e envolvia certos procedimentos de registro como fotos individuais, endereço, peso, altura, etc. – demonstrando uma política de vigilância com relação aos movimentos.

formas cada vez menos disfarçadas e indiretas, até as medidas propriamente policiais e os golpes de Estado” (Gramsci, 2002a, p. 64, Q19§24). Neste sentido, embora também pudesse ser percebido em manifestações prévias a partir do ano de 1999 – como em Colônia, por exemplo –, é em Gênova que se percebe o ápice de tal estratégia antimobilizadora e repressiva (Hayes & Bunyan, 2004), que teve como desfecho a morte de um jovem manifestante Carlo Giuliani. Mesmo assim, tendo como um ator fundamental na organização dos protestos e manifestações o Fórum Social de Gênova, foram organizadas marchas, que chegaram a ter entre 250 e 300 mil pessoas (Neale, 2002).

Além da intensificação da repressão policial, percebe-se ao longo das cúpulas uma tendência também adotada por outras instituições internacionais: a saber, uma estratégia de isolamento, que consistia em evitar a realização de grandes reuniões internacionais em cidades que poderiam servir de palco para os protestos altermundialistas. Por fim, somado a tais complicações, se encontram os atentados terroristas de 11 de Setembro, que inauguraram uma fase da política mundial mais intrincada para a ação do movimento altermundialista, obrigando-o a enfrentar diversos dilemas e impasses. Assim, uma tendência que se percebe no movimento altermundialista a partir deste momento – e que também se expressa nos protestos contra o sistema G7/8 – é a ênfase em protestos e manifestações contra a Guerra do Iraque (Stephen, 2009).

Neste sentido, em 2002 na cúpula de Kananaskis houve manifestações contra a “Guerra ao Terror” e contra os ataques aos imigrantes e refugiados, mas tanto os manifestantes quanto a grande parte da mídia ficaram em Calgary – 90km de distância de Kananaskis. Houve também menção às manifestações na Argentina, Equador e Bolívia no início dos anos 2000, além de uma ajuda de custo para grupos e

indivíduos com dificuldades financeiras para participar das manifestações. Antes da cúpula, houve a articulação e a troca de experiências de ativistas de Chiapas e Honduras com comunidades nativas do Canadá. A Caravana anti-G7/8 passou por cerca de 12 cidades da América do Norte, e assim com as demais manifestações, foi alvo de forte repressão policial, com várias prisões. Merecem destaques neste ponto duas questões: primeiro, a “Contra-cúpula dos pobres” em Mali, com participação de ativistas de Mali, Burkina Fasso, Senegal, Guiné, Canadá e Reino Unido. Tal contra-cúpula foi organizada devido a Mali ser um dos países mais pobres do mundo, com uma renda per capita média na época de US\$ 240,00, buscando assim projetar a questão do perdão da dívida dos países mais pobres (Elmer, 2002). Segundo, tendo como inspiração o processo de *outreach*, houve a tentativa de expandir o diálogo, por parte de representantes do sistema G7/8, a certos grupos da sociedade civil; não obstante, tal esforço não logrou o êxito esperado e sim críticas ainda maiores, em especial com relação à África (Bayne, 2005).

Em 2003, apesar da proibição das manifestações na região de Evian – local das reuniões oficiais em tal ano – foram dadas condições para a organização de uma "cúpula alternativa" pelos movimentos sociais, ONGs, redes de ação cívica e demais atores da sociedade civil em Annemasse, que ficava a cerca de 30km de distância de Evian. Nesta cúpula alternativa foram elaboradas uma série de recomendações, todas críticas do sistema G7/8 e do NEPAD. Além disso, houve várias manifestações em Genebra e Lausanne, dado que os manifestantes haviam sido impedidos de ter acesso a Evian. Monumentos, prédios e carros foram atacados e/ou queimados, com resposta por parte da polícia. No caso de Lausanne, houve bloqueios com o objetivo dificultar a

chegada das delegações oficiais em Evian (Kucharz, 2003). Destaque para o papel do Black Bloc e do Pink & Silver Blockade (With love from a Black Block activist...).

Ao contrário do que ocorreu em anos anteriores – como em Okinawa e em Evian –, em Sea Island em 2004 não houve um engajamento oficial com movimentos e atores da sociedade civil: não foram dadas condições ou ajuda para sua estadia nem foi permitida a circulação de artigos dos mesmos no centro de *media*. Ocorreram protestos organizados pela Ação Global dos Povos e pela rede Dissent!, bem como eventos de solidariedade no Reino Unido, com o objetivo inclusive de conscientizar os britânicos para a cúpula do ano seguinte, que ocorreria no Reino Unido. Assim como vinha ocorrendo em várias cúpulas desde Gênova, o acesso à cúpula foi impossibilitado pela local escolhido e pela mobilização policial. No ano seguinte, em Gleneagles, a Ação Global dos Povos convocou uma manifestação contra o sistema G7/8 em Gleneagles, além de manifestações em todo o mundo sobre tais questões. Neste processo, ênfase foi dada ao compartilhamento de experiências e ações. Houve, assim, manifestações culturais, cúpulas alternativas e manifestações em favor de questões ambientais e do perdão da dívida dos países mais pobres, com destaque para a campanha “Making Poverty History”, que mobilizou uma manifestação em Edimburgo de cerca de 250 mil pessoas – além de incorporar, no total, cerca de 31 milhões de pessoas de 84 coalizões nacionais distintas, com manifestações na Índia, Brasil, Coréia do Sul e Gana<sup>12</sup>.

Em São Petersburgo (2006) ocorreu uma nova tentativa de aproximação com atores e movimentos da sociedade civil – *Civil G8*<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> <http://www.makepovertyhistory.org/theyearof/>

<sup>13</sup> <http://en.civilg8.ru/>

Mesmo assim, ainda ocorreram manifestações, como a organização do Fórum Social Russo (com a participação de trotskistas, anarquistas, sindicalistas, ambientalistas e outras ONGs), marchas de cerca de 250 pessoas membros do Partido Comunista da Federação Russa (KPRF), de organizações juvenis stalinistas e anarquistas e ações de bloqueio à entrada no hotel onde se encontravam os participantes da cúpula, com participantes de outras localidades além da Rússia – como Polônia e Alemanha, por exemplo. Nestas manifestações houve uma forte repressão por parte dos policiais. No caso do Fórum Social Russo especificamente, os manifestantes se encontravam reunidos no estádio de Kirov e foram impedidos pela polícia de sair para uma marcha (Hajnal, 2006b).

Em Heiligendamm, em 2007, ocorreu uma série de manifestações: contra a guerra e pelos direitos dos imigrantes; bloqueios em Heiligendamm e no acesso ao aeroporto; e a organização de uma cúpula alternativa. Nestes processos houve a participação de vários atores: sindicalistas, movimentos ambientalistas e contra as armas nucleares, coalizões contra a guerra e pela paz, estudantes, antifascistas, imigrantes, anti-racistas, setores da juventude de alguns partidos políticos e redes da esquerda radical e autônoma. No dia 2 de junho, houve uma manifestação com cerca de 80 mil pessoas (Trott, 2007b; Kagarlitsky, 2007). Face ao êxito alcançado em 2001, em Gênova, e os impasses a partir de então, principalmente tendo em vista a crescente repressão policial – em Heiligendamm, houve um contingente de 16 mil policiais (*Ibidem*) –, é possível afirmar que o impacto das manifestações em Heiligendamm mostraram certo vigor e capacidade de rearticulação por parte do movimento altermundialista. Em Hokkaido (2008), houve algumas manifestações como a “Cúpula dos Povos” e, pela primeira vez

na história das cúpulas, a “Cúpula dos Povos Indígenas”, que contou com a presença de grupos indígenas dos cinco continentes (Indigenous Peoples’ Summit, 2008). Não obstante, tais manifestações ocorreram, em sua maioria, em Sapporo, uma vez que a cúpula aconteceu em Hokkaido, uma ilha de difícil acesso. Além disso, o governo japonês se recusou a conceder muitos vistos, em especial para ativistas (Hajnal, 2009a). Tais manifestações contaram com a participação de cerca de 6 mil pessoas e com grande repressão policial.

Assim como vinha ocorrendo desde 2005, em 2009 houve a concessão de um espaço de trabalho para as ONGs cadastradas no centro de *media* (Hajnal, 2009b). As manifestações ocorreram não apenas em L’Aquila, mas também em outras cidades italianas – como Roma, Turim e Milão. No último dia, houve uma marcha de cerca de 5 mil pessoas. Apesar da maior parte dos manifestantes pertencer aos grupos partícipes do movimento altermundialista, tal marcha havia sido originalmente organizada pelos manifestantes locais como forma de manifestar contra as demoras na reconstrução da cidade após o terremoto que deixou mais de 70 mil pessoas desabrigadas (5,000 protest at summit, 2009).

No caso de Muskoka, há um processo de inflexão nos protestos contra o sistema G7/8 na medida em que o G20 ganha proeminência como fórum de deliberação acerca da arquitetura financeira mundial<sup>14</sup>. O interessante é que o G20 passa a ser alvo de maiores mobilizações e protestos a partir de 2008 quando, após a crise, os líderes dos países partícipes deste grupo passam a lhe dar uma maior atenção. Antes disso, não só há poucas manifestações, mais localizadas, como também uma

---

<sup>14</sup> Mesmo que de uma maneira ainda incipiente, a partir de 2009 é possível perceber a emergência de tal questão em alguns documentos de algumas organizações, que já começam a notar um processo de mudança por parte do sistema G7/8.

baixa atenção, por parte das redes de mapeamento (all4all, Indymedia, AGP), com relação a tal reunião – principalmente quando comparado à atenção dada às manifestações ocorridas quando das cúpulas do G7/8. Especialmente em 2010, quando ocorreram em sequência no Canadá as cúpulas do G8 e do G20 (Muskoka – 25 e 26 de junho – e Toronto – 26 e 27 de junho –, respectivamente), as manifestações acabaram muitas vezes tendo como foco ambas as reuniões. Assim, em Muskoka foi organizada uma contra-cúpula, a “Cúpula dos povos 2010”, e várias manifestações com participação de vários grupos, de moderados a radicais – G8/G20 Community Mobilization Network, Black Bloc. Com relação aos moderados, destaca-se a organização da campanha “*At the Table*”, que articulava grandes ONGs como Anistia Internacional, Oxfam, e Make Poverty History, por exemplo, movimentos trabalhistas, religiosos e de jovens. Os temas centrais de tal campanha eram a mudança climática, a erradicação da fome e a reforma econômica<sup>15</sup>. Tal campanha também ocorreu na internet, com mais de 1 milhão e 300 mil pessoas assinando sua declaração, e organizou uma manifestação com cerca de 25 mil pessoas em Toronto, quando da reunião do G20.

Além disso, a partir do momento em que o sistema G7/8 inicia um processo mais institucionalizado de *outreach*, com o HDP em 2007 – e em especial a partir da crise de 2008 e das subsequentes cúpulas de líderes do G20 – há uma atenção maior por parte de alguns sindicatos nestes processos. Neste sentido, a partir de então o Comitê Consultivo Sindical para a OCDE (*Trade Union Advisory Committee* – TUAC) tem produzido uma série de relatórios sobre as cúpulas e os limites das decisões tomadas nestas (TUAC, 2007, 2008, 2009). Devido às

---

<sup>15</sup> <http://atthetable2010.org/>

repercussões sociais da crise de 2008 e da crescente relevância dada ao G20, não apenas o TUAC mas outras redes sindicais (*International Trade Union Confederation* – ITUC – e Global Unions) também passaram a dar uma atenção a tais reuniões, expressando certa preocupação com as decisões tomadas em tais cúpulas (ITUC, TUAC & Global Unions, 2008, 2009a, 2009b e 2010; ITUC & TUAC, 2008, 2009a, 2009b, 2009c e 2010).

A partir deste breve panorama é possível perceber algumas características do movimento altermundialista e, conseqüentemente, dos protestos e manifestações contra o sistema G7/8. Antes de qualquer coisa, não se trata de um grande movimento mundial único. Na verdade, existe uma variada gama de movimentos – ou seja, seria um “movimento de movimentos” – cujos ativistas se direcionam para as mais diversas causas. Os alvos desses movimentos também são distintos e o espectro da lealdade dentro desses movimentos é algo muito amplo, passando por ecologistas radicais, pacifistas cristãos, ativistas muçulmanos, budistas e anarco-sindicalistas, por exemplo (Keane, 2003). Suas formas de ação são muito diversas e sobrepostas: encontros, redes de informação e comunicação via *internet*, redes de ação cívica, organizações em forma de pirâmides e personalidades carismáticas.

No tocante especificamente à resistência ao sistema G7/8, é possível perceber, ao longo do tempo, uma relação dialética entre os processos de articulação dos movimentos sociais transnacionais e as manifestações e protestos nas cúpulas do sistema G7/8. Há, assim, um aumento da participação e articulação de grupos de distintos vínculos temáticos e a questão que surge, neste ponto, diz respeito à relação entre resistência e alternativa. Ou seja, em que medida tais manifestações no âmbito do sistema G7/8 tem, em sua articulação dialética no movimento

altermundialista, sido capazes de desenvolver e difundir um projeto realmente “contra-hegemônico” com relação ao modelo neoliberal difundido por instituições como o sistema G7/8?

### **Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: Limites e potencialidades dos processos de resistência ao sistema G7/8**

Em sua luta contra as práticas hegemônicas vigentes os grupos subalternos produzem uma variada gama de expressões distintas de agência política coletiva. No caso das manifestações e protestos contra o sistema G7/8, isso se dá através de manifestações, protestos e declarações por parte de sindicatos, movimentos artísticos, anarquistas, social-democratas, ambientalistas, feministas, movimentos de afirmação sexual, dentre outros. Tal proliferação de formações políticas distintas produzidas pelos agentes políticos subalternos não implica a irrelevância das questões relacionadas à esfera da produção. A identificação da relevância da esfera da produção não se dá pelo fato desta determinar, de maneira simplista, a localização dos grupos subalternos no espectro político. Na verdade, os processos produtivos são determinantes apenas na medida em que permitem certas estratégias enquanto constroem outras. Como coloca Rupert, “se tais possibilidades serão concretizadas, e de que maneira em particular, depende das lutas políticas sem garantias finais nas quais as relações de poder do capitalismo estarão necessariamente implicadas” (Rupert, 2005, p. 183)<sup>16</sup>.

A partir das questões anteriormente colocadas, é possível identificar três questões inter-relacionadas no que concerne à resistência ao sistema G7/8:

---

<sup>16</sup> Cf. também Hall, 2003.

Em primeiro lugar, muitas das vezes os processos de re-territorialização do movimento altermundialista expressos, por exemplo, nas manifestações e protestos contra o sistema G7/8 "são mais bem compreendidos como respostas locais ao desenvolvimento desigual do neoliberalismo (...)" (Morton, 2007, p. 172). Neste contexto, a noção de subalternidade é relevante, dentre outros aspectos, pelo fato de trazer à tona um elemento central da leitura gramsciana acerca da política, a saber, o fato de que a atividade intelectual crítica deve, necessariamente, estar intimamente articulada às vidas e experiências dos grupos dirigidos, operando em um processo de superação da divisão entre dirigidos e dirigentes. Além disso, tal questão remete à problemática do espaço no pensamento de Gramsci. O "momento nacional" é assim o ponto de partida no que concerne à espacialidade do desenvolvimento e expansão do capitalismo (Morton, 2007; Jessop, 2005; Agnew, 2005). Contudo, ele é também o "ponto de chegada", pois a luta pela hegemonia implica, necessariamente, tornar interesses particulares, vinculados a uma forma particular de Estado, em algo capaz de ser aplicado não apenas no local onde surgiu mas em vários Estados – ou seja, que se torne algo potencialmente universalizável. "O conceito de hegemonia é aquele em que se reúnem as exigências de caráter nacional (...). Uma classe de caráter internacional (...) deve se 'nacionalizar' num certo sentido" (Gramsci, 2002b, p. 315, Q14§68).

Não obstante, vinculado a tal consideração se encontra uma segunda questão, a saber, a representatividade dos grupos subalternos que se manifestam face à realidade da subalternidade na economia política global. Um caso interessante neste contexto foi a supracitada campanha "*At The Table*", organizada em 2010 nas cúpulas do G7/8 e G20 no Canadá. Além da significativa participação pela internet, faziam parte

direta da campanha 38 organizações e/ou redes vinculadas aos mais diversos temas: Contra a pobreza, desenvolvimento, ativistas cristãos, segurança alimentar, ambientalistas, combate a AIDS, direitos humanos, defesa das crianças, saúde, educação, sindicalistas, arte, tecnologia da informação, jovens e estudantes. Destas, a grande maioria era canadense ou uma seção canadense de uma ONG internacional – como Visão Mundial e Oxfam, por exemplo. Tais organizações e/ou redes são parceiras diretas de mais de 500 outras organizações e/ou redes, sendo que dentre estas o número de organizações originárias de regiões periféricas do mundo é extremamente reduzido<sup>17</sup>. Tal exemplo expressa certa falta de capilaridade por parte da resistência ao sistema G7/8, que se por um lado apresenta uma significativa capacidade de articulação e mobilização ao longo das cúpulas desde o final dos anos 1990, por outro carece de uma articulação mais profunda com outros movimentos e organizações organicamente articulados aos subalternos das regiões periféricas que, via de regra, são as regiões mais afetadas pelas consequências advindas do modelo neoliberal. Se, em função da relevância do Estado não como ponto dominante, mas como ponto nodal, a participação dos movimentos e organizações dos países centrais é fundamental para a construção de uma hegemonia alternativa ao modelo neoliberal dominante (Rupert, 2005), a presença dos grupos subalternos oriundos da periferia do sistema é condição *sine qua non* para o processo de capilarização da resistência e, por conseguinte, para a construção do momento catártico.

Intimamente vinculada à questão do momento catártico destaca-se, em terceiro lugar, a questão das divergências existentes entre os

---

<sup>17</sup> Exceção feita para uma campanha de organizações africanas parceira da ACECI – *International Cooperation Ethics Advisory Agency (MDG/PRL Collective)*.

partícipes do processo de resistência ao sistema G7/8. Tal divergência se expressa tanto em termos ideológicos – com a presença de grupos anarquistas, socialistas, social-democratas e outros sem definição clara – quanto em termos de estratégias de luta política – desde pacifistas radicais até grupos que consideram a violência uma estratégia legítima de manifestação (Trott, 2007a e 2007b). Neste contexto, o que se percebe é que muitas vezes a ação de tais grupos se dá de uma maneira independente, com os movimentos construindo redes de articulação em larga medida autônomas. O caso das articulações quando da cúpula de Hokkaido (2008) é paradigmático neste sentido: embora após a cúpula certas redes locais tenham sido criadas, em larga medida as articulações e manifestações ocorriam de uma forma separada devido ao fato de muitas ONGs terem uma postura defensiva com relação aos movimentos japoneses de esquerda (Hamanishi, 2008). Tais divergências, aliadas às questões anteriormente colocadas, apontam para a dificuldade de se pensar uma “contra-hegemonia” em relação ao modelo neoliberal vigente.

Alguns autores, como Stephen Gill (2003), desenvolveram a ideia de “príncipe pós-moderno” para compreender, a partir de uma inspiração gramsciana, as mobilizações e protestos que emergem a partir das manifestações de Seattle, em 1999 – ou seja, para lidar em termos teóricos com a emergência do movimento altermundialista. Na sua visão, tal ideia captaria melhor o processo que então emergia por trazer a ideia de pluralidade sem uma estrutura clara de liderança que buscava conciliar, em alguma medida, distintas identidades sociais com políticas universais de solidariedade transnacional. Não obstante as elucidações que venham com tal conceito para o entendimento da agência política coletiva em tempos de globalização, é importante destacar que em

Gramsci a ideia de partido está intimamente vinculada ao processo de conscientização por parte dos grupos subalternos rumo a um processo de formação de uma vontade coletiva; ou seja, à superação dos múltiplos particularismos em direção à construção de uma unidade “cultural-social” (Gramsci, 2004, p. 399, Q10§44). Ora, face ao que foi colocado anteriormente, percebe-se que tal vontade coletiva é ausente no movimento altermundialista em geral e, de maneira mais específica, no amplo movimento de resistência ao sistema G7/8. Na verdade, como o próprio Gill aponta, o que termina por unir tais grupos ou “príncipe pós-moderno” é o objeto de repúdio e negação, e não a afirmação de um projeto alternativo, “contra-hegemônico”<sup>18</sup>. Ou seja, “o alterglobalismo se revela na pluralidade” (Stephen, 2009, p. 492)<sup>19</sup>.

Tais questões chamam a atenção para o fato de que, devido à natureza contraditória das relações sociais e das condições de exploração vigentes, não é apenas negado aos grupos subalternos uma voz ativa no discurso dominante (Spivak, 2010). Mais do que isso, também é negada uma participação ativa nas “instituições, cultura e política dominantes”, o que acaba por dificultar o desenvolvimento de “um entendimento crítico da natureza das relações de poder que formam sua subalternidade” (Green & Ives, 2009, p. 22). Partindo da ideia de que a subalternidade é uma categoria que assume seu significado nas relações sociais concretas, então é possível perceber a existência não de uma “subalternidade

---

<sup>18</sup> A despeito de ver o príncipe pós-moderno “como algo plural e diferenciado, embora ligado ao universalismo e à construção de uma nova forma de globalismo” (Gill, 2003, p. 218), Gill não deixa claro como se daria tal relação entre pluralidade e universalidade rumo à formação de uma vontade coletiva.

<sup>19</sup> Extremamente elucidativa neste ponto é a afirmação feita por Jonathan Neale, um dos organizadores dos protestos ocorridos em Gênova, em 2001 (reproduzida como uma das epígrafes deste artigo): “Pessoas comuns não estão necessariamente a favor do que estamos a favor. Mas elas estão contra o que nós estamos contra, a saber, o que G8 deseja” (Neale, 2002, p. 61).

absoluta” mas sim de graus de subalternidade, gradação esta que estaria intimamente associada às relações sociais de produção. Seguindo uma senda já percorrida por Gramsci e percebendo que tais relações ocorrem de maneira distinta no espaço, nota-se uma distinção no grau de subalternidade dependendo da proximidade ou não de determinados grupos com os centros de acumulação do capital. Assim, no que diz respeito especificamente ao sistema G7/8, os grupos subalternos do Norte aparentam ter uma participação menos passiva do que os grupos subalternos do Sul, por várias razões: idioma, recursos para deslocamento, conhecimento acerca do processo, etc. Embora tais grupos se articulem, de uma forma ou de outra com os grupos subalternos do Norte, um risco que existe é o de que se reforce a subalternidade dos grupos e movimentos do Sul não apenas com relação ao bloco histórico dominante mas também com relação aos grupos subalternos do Norte – ou seja, que tal relação se apresente como algo de “cima para baixo”, como algo externo à realidade de grupos e movimentos do Sul, o que acabaria por reforçar sua passividade.

Ora, tal questão não nega a pertinência da reflexão mas complexifica ainda mais a idéia de “príncipe pós-moderno”: como visto, para Gramsci o partido apresentava, no processo de superação dos particularismos em direção a uma unidade “cultural-social”, uma significativa característica “nacional”. A partir do caso aqui apresentado nota-se que, contemporaneamente, embora os processos de globalização tenham complexificado a dinâmica das lutas “contra-hegemônicas”, por outro lado o Estado enquanto ponto nodal de luta permanece relevante, demonstrando a importância da dimensão espacial nos processos tanto de acumulação do capital quanto de resistência – e por conseguinte, da importância da dialética local-global para o entendimento das

potencialidades e limites emancipatórios e analíticos tal “príncipe pós-moderno”.

Tal questão aponta para o caráter complexo e intricado do desenvolvimento de um grupo de intelectuais orgânicos pelos grupos subalternos. Tal processo de

“suscitar um grupo de intelectuais independentes não é coisa fácil, requer um longo processo, com ações e reações, com adesões e dissoluções e novas formações muito numerosas e complexas: é a concepção de um grupo social subalterno, sem iniciativa histórica, que se amplia continuamente, mas de modo inorgânico, e sem poder ultrapassar um certo grau qualitativo que está sempre aquém da posse do Estado, do exercício real da hegemonia sobre toda a sociedade, que, só ele, permite um certo equilíbrio orgânico no desenvolvimento do grupo intelectual” (Gramsci, vol. 4, p. 37-38, Q16§9)<sup>20</sup>.

Somado a tal questão, o que se percebe é que em larga medida tal questão da pluralidade se encontra intimamente associada a uma incapacidade de lidar com a diversidade de subjetividades existentes no âmbito de tal resistência. Isso apontaria, por sua vez, para um problema relacionado ao nível de consciência coletiva destes movimentos, que não teriam ainda logrado êxito na passagem da estrutura para o âmbito das superestruturas complexas, ou seja, na passagem dos interesses específicos de um grupo para a construção de instituições e elaboração de ideologias universais (Gramsci, 2002b, p. 36-46, Q13§17). A questão fundamental neste ponto – em especial com relação à resistência ao G7/8 – não é necessariamente o êxito imediato de tais protestos e manifestações, mas como tais práticas de resistência são capazes de construir as condições necessárias para, em uma guerra de posição, estabelecer um projeto alternativo de organização da sociedade, no qual

---

<sup>20</sup> Cf. também Gramsci, 2004, p. 104, Q11§12.

seja possível perceber um processo de unidade “cultural-social”. Não obstante, a despeito das inovações trazidas neste sentido pelas articulações transversais no âmbito do movimento altermundialista, fica ainda em aberto a questão de como proceder com o processo de conscientização das diversas subjetividades acerca de seu status subalterno comum – a despeito de tal subalternidade se expressar nas mais distintas e complexas formas – e a partir daí com a construção de um projeto alternativo coerente.

### Referências Bibliográficas

- AGNEW, John. (2005), *Hegemony: the new shape of global power*. Philadelphia, Temple University Press.
- BAYNE, Nicholas. (2005), *Staying Together: the G8 confronts the 21<sup>st</sup> century*. Aldershot, Ashgate.
- BIANCHI, Alvaro. (2006), “Revolução Passiva: o futuro do pretérito”, *Crítica Marxista*, no. 23: 34-57.
- COLÁS, Alejandro. (2002), *International Civil Society: social movements in world politics*. Cambridge, Polity Press.
- COX, Robert W. (1999), “Civil Society at the Turn of the Millennium: prospects for an alternative world order”, *Review of International Studies*, vol. 25: 3-28.
- DRAINVILLE, Andre. (1995), “Of Social Spaces, Citizenship and the Nature of Power in the World Economy”, *Alternatives*, vol. 20, no. 1: 51-79.
- ELMER, John. (2002), *Blue Bloc Runs Amok at G7 in HFX*, Disponível em: <http://alberta.indymedia.org/news/2002/06/2661.php>. Acessado em: 20/08/2009.
- GILL, Stephen. (2003), *Power and Resistance in the New World Order*. New York, Palgrave.
- GILLS, Barry K. (2000), “Overturning Globalization: rethinking the politics”, in J. D. Schmidt *et. al.*, *Globalization and Social Change*, London, Routledge.
- GÓMEZ, José María. (2004), “De Porto Alegre a Mumbai: el Foro Social Mundial y los retos del movimiento altermundialista”, in

- A. E. CECEÑA (ed.), *Hegemonías y Emancipaciones en el Siglo XXI*, Buenos Aires, CLACSO.
- GRAMSCI, Antonio. (1987), *A Questão Meridional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2001a), *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 4.
- \_\_\_\_\_. (2001b), *Cadernos do Cárcere*, 2ª Ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 2.
- \_\_\_\_\_. (2002a), *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 5.
- \_\_\_\_\_. (2002b), *Cadernos do Cárcere*, 3ª Ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 3.
- \_\_\_\_\_. (2002c), *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 6.
- \_\_\_\_\_. (2004), *Cadernos do Cárcere*, 3ª Ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 1.
- GREEN, Marcus E. & IVES, Peter. (2009), "Subalternity and Language: overcoming the fragmentation of common sense", *Historical Materialism*, no. 17: 3-30.
- HAJNAL, Peter I. (2001), "Civil Society at the 2001 Genoa G8 Summit", *International Journal*, vol. 58, n. 1: 1-8.
- \_\_\_\_\_. (2006a), *Civil Society at the Gleneagles Summit*, Paper apresentado no Civil G8 International Forum. Disponível em: [http://www.g7.utoronto.ca/scholar/hajnal\\_060309.html](http://www.g7.utoronto.ca/scholar/hajnal_060309.html). Acessado em: 14/04/2010.
- \_\_\_\_\_. (2006b), *The 2006 St. Petersburg Summit and Civil Society*, Paper apresentado na Civil G8 conference. Disponível em: [http://www.g7.utoronto.ca/scholar/hajnal\\_061202.html](http://www.g7.utoronto.ca/scholar/hajnal_061202.html). Acessado em: 14/04/2010.
- \_\_\_\_\_. (2007a), *The G8 System and the G20: evolution, role and documentation*, Aldershot, Ashgate.
- \_\_\_\_\_. (2007b), *Summitry from G5 to L20: a review of reforms initiatives*, CIGI Working Paper, no. 20.
- \_\_\_\_\_. (2007c), *Can Civil Society Influence G8 Accountability?*, CSGR Working Paper, 235/07.
- \_\_\_\_\_. (2009a), *Civil Society at the 2008 G8 Hokkaido Summit*, disponível em: [http://www.g7.utoronto.ca/scholar/2008\\_hajnal.html](http://www.g7.utoronto.ca/scholar/2008_hajnal.html). Acessado em: 14/04/2010.

- \_\_\_\_\_. (2009b), *Civil Society at the 2009 G8 Summit in L'Aquila*, disponível em: [http://www.g7.utoronto.ca/scholar/2009\\_hajnal.html](http://www.g7.utoronto.ca/scholar/2009_hajnal.html). Acessado em: 14/04/2010.
- HALL, Stuart. (2003), *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- HAMANISHI, Eiji. (2008). *Global Movements Around 2008 G8 Summit in Japan: An overview of the relationship between leftists and NGOs*, paper apresentado no ISA Forum of Sociology.
- HAYES, Bem & BUNYAN, Tony. (2004), “El Enemigo ‘adentro’: la respuesta de la UE al movimiento ‘antiglobalización’”, in S. AMIN & F. HOUTART (eds.), *Mundialización de las Resistencias: estado de las luchas 2004*, Bogotá, Ediciones desde abajo.
- HEALY, Sean. (2000), Okinawa: “Thousands Protest Against G8 Summit”, *Green Left Weekly*, issue 413.
- HOUTART, François. (2001), “A Mundialização das Resistências e das Lutas Contra o Neoliberalismo”, in J. SEOANE & E. TADDEI. (eds.), *Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre*, Petrópolis, Vozes.
- Indigenous Peoples’ Summit. (2008), *Nibutani Declaration of the 2008 Indigenous Peoples’ Summit in Ainu Mosir*, 4 de julho de 2008, disponível em: <http://www.ainumosir2008.com/en>, acessado em: 14/04/2010.
- Indymedia. (2006), *Activists in St.Petersburg Try to Protest, Police Resorts to Blockades, Arrests and Beatings*, 15/07/2006, disponível em: [int.ru.indymedia.org](http://int.ru.indymedia.org), acessado em: 13/08/2010.
- \_\_\_\_\_. (2006), *2<sup>nd</sup> Russian Social Forum*, 17/07/2006, disponível em: [int.ru.indymedia.org](http://int.ru.indymedia.org), acessado em: 13/08/2010.
- ITUC & TUAC. (2008), *TUAC/ITUC Evaluation of the Outcome of the G20 Summit on Financial Markets and the World Economy*, disponível em: <http://www.tuac.org>, acessado em: 03/11/2010.
- \_\_\_\_\_. (2009a), *ITUC/TUAC Evaluation of the Outcome of the G20 London Summit*, disponível em: <http://www.tuac.org>, acessado em: 03/11/2010.
- \_\_\_\_\_. (2009b), *ITUC/TUAC Evaluation of the 3<sup>rd</sup> G20 Summit*, disponível em: <http://www.tuac.org>, acessado em: 03/11/2010.
- \_\_\_\_\_. (2009c), *ITUC/TUAC Evaluation of the G20 Finance Ministers’ Meeting*, disponível em: <http://www.tuac.org>, acessado em: 03/11/2010.

- \_\_\_\_\_. **ITUC/TUAC evaluation of the G20 Toronto Summit declaration and the G8 Muskoka Summit declaration.** 25-27 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.tuac.org>. Acessado em: 03/11/2010.
- ITUC, TUAC & Global Unions. **Trade union statement to the “G20 Crisis Summit”: The global unions “Washington Declaration”.** Novembro de 2008. Disponível em: <http://www.tuac.org>. Acessado em: 03/11/2010.
- \_\_\_\_\_. **Putting jobs and fairness at the heart of recovery: The role of the G8 – Global unions’ statement to the G8 Summit.** Julho de 2009a. Disponível em: <http://www.tuac.org>. Acessado em: 03/11/2010.
- \_\_\_\_\_. **Trade unions statement to the Pittsburgh G20 Summit: Global unions Pittsburgh declaration.** 24-25 de setembro de 2009b. disponível em: <http://www.tuac.org> . Acessado em: 03/11/2010.
- \_\_\_\_\_. (2010), *Global Unions Statement to the G20 Seoul Summit*, disponível em: <http://www.tuac.org>, acessado em: 03/12/2010.
- JESSOP, Bob. (2005), “Gramsci as a Spatial Theorist”, *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, vol. 8, no. 4: 421-437.
- KAGARLITSKY, Boris. (2007), *The Blockade of Heiligendamm*, disponível em: [www.tni.org](http://www.tni.org), acessado em: 20/08/2009.
- KEANE, John. (2003), “Reflexiones Sobre la Sociedad Civil Global”, in J. V. BENEYTO (ed.), *Hacia una Sociedad Civil Global*, Madrid, Taurus.
- KUCHARZ, Tom. (2003), *Les Luttés en Geneve*, disponível em: [http://barcelona.indymedia.org/front.php3?article\\_id=44241](http://barcelona.indymedia.org/front.php3?article_id=44241), acessado em: 06/06/2010.
- MARSHALL, George. (1991), *The G7 Protests in London 1991*, disponível em: <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/resistg8/g7london.htm>, acessado em: 06/06/2010.
- MITTELMAN, James H. (2000), *The Globalization Syndrome: transformation and resistance*, Princeton, Princeton University Press.
- MONAL, Isabel. (2003), “Gramsci, a Sociedade Civil e os Grupos Subalternos”, in C. N. COUTINHO & A. TEIXEIRA (orgs.), *Ler Gramsci, Entender a Realidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- MORTON, Adam David. (2007), *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*, London, Pluto Press.
- NEALE, Jonathan. (2002), *You Are G8, We Are 6 billion: The truth behind the Genoa protests*, London, Vision.
- PLEHWE, Dieter, et. al. (eds.). (2006), *Neoliberal Hegemony: a global critique*, London, Routledge.
- PORTA, Donatella della & REITER, Herbert. (2004), “Las Medidas Policiacas Frente a las Protestas Altermundialistas”, in S. AMIN & F. HOUTART (eds.), *Mundialización de las Resistencias: estado de las luchas 2004*, Bogotá, Ediciones desde abajo.
- RAMOS, Leonardo. (2006), “Civil Society in an Age of Globalization: A neo-Gramscian Perspective”, *Journal of Civil Society*, vol. 2, no. 2: 143-163.
- RUPERT, Mark. (2000), *Ideologies of Globalization: contending visions of a new world order*, London, Routledge.
- . (2005), “In the Belly of the Beast: U.S. resistances to globalization and war in a neo-imperial moment”, in C. ESCHLE & B. MAIGUASHCA (eds.), *Critical Theories, World Politics, and the “Anti-Globalisation Movement”*, London, Routledge.
- SMITH, Kylie. (2010), “Gramsci at the Margins: subjectivity and subalternity in a theory of hegemony”, *International Gramsci Journal*, no. 2: 39-50.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2010), *Pode o Subalterno Falar?*, Belo Horizonte: Ed.UFMG.
- STEPHEN, Matthew D. (2009), “Alter-Globalism as Counter-Hegemony: evaluating the ‘postmodern prince’”, *Globalizations*, vol. 6, no. 4: 483-98.
- TROTT, Ben. (2007a), *Notes on Why It Matters that Heiligendamm Felt Like Winning*, disponível em: [transform.eipcp.net](http://transform.eipcp.net), acessado em: 21/08/2009.
- TROTT, Ben. (2007b), *Five Fingers Beat 16,000 G8 Cops: are we winning, again?*, disponível em: [www.redpepper.org.uk](http://www.redpepper.org.uk), acessado em: 15/08/2009.
- TUAC. (2007), *TUAC Evaluation of the Outcome of the G8 Heiligendamm Summit*, disponível em: <http://www.tuac.org>, acessado em: 16/05/2010.
- . (2008), *TUAC Evaluation of the Outcome of the G8 Hokkaido-Toyako Summit*, disponível em: <http://www.tuac.org>, acessado em: 03/11/2010.

- \_\_\_\_\_. (2009), *The G8 L'Aquila Summit TUAC Evaluation*, disponível em: <http://www.tuac.org>, acessado em: 16/05/2010.
- WENT, Robert. (2000), *Globalization: neoliberal challenge, radical responses*, London, Pluto Press.
- With love from a Black Block activist...* (2003), disponível em: [http://uk.indymedia.org/front.php3?article\\_id=70937](http://uk.indymedia.org/front.php3?article_id=70937), acessado em: 15/08/2009.
- 5,000 protest at summit.* (2009), disponível em: [http://info.gipfelsoli.org/Home/L\\_Aquila\\_2009/G8\\_2009\\_english/7536.html](http://info.gipfelsoli.org/Home/L_Aquila_2009/G8_2009_english/7536.html), acessado em: 16/08/2010.